

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Goya Fontella, Leandro

Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828-1860)

História Unisinos, vol. 19, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 83-94

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866785010>

## Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828-1860)

“Everything that is planted grows”: Agriculture and diversification of production  
(region of the Missions, Rio Grande do Sul State, 1828-1860)

Leandro Goya Fontella<sup>1</sup>

leandro-goya@hotmail.com

---

**Resumo:** O presente artigo trata sobre as atividades agrícolas e a diversidade produtiva desenvolvidas numa região de abastecimento do mercado interno do sul do Brasil Imperial. O foco da pesquisa recai sobre a Vila de São Borja, localizada na região das Missões na fronteira oeste da província do Rio Grande de São Pedro. A análise de relatos coevos indica quais eram os principais gêneros agrícolas cultivados na região investigada. Por sua vez, o exame serial de inventários *post mortem* mostra que a agricultura esteve disseminada pelas unidades de produção independentemente de sua envergadura econômica. Além disso, os dados averiguados revelam que, em sua maioria, os estabelecimentos produtivos diversificavam sua produção, aliando atividades pastoris com a lavoura de alimentos, buscando, assim, vincular-se a mais de um circuito comercial.

**Palavras-chave:** Brasil meridional, século XIX, história serial.

**Abstract:** This article discusses the agricultural activities and productive diversity developed in a region supplying the internal market of southern Brazil in the imperial period. The research focus is on the village of São Borja, located in the region of the Missions in the Western border of the province of Rio Grande de São Pedro. The analysis of co-eval reports shows the main agricultural products grown in the region investigated. The serial examination of post mortem inventories shows that agriculture was disseminated among the production units regardless of their economic scale. The data investigated reveal that, in most cases, the agricultural establishments diversified their production, combining activities of cattle-raising and agriculture, thus seeking connections to several commercial circuits.

**Keywords:** southern Brazil, nineteenth century, serial history.

---

### Introdução

Nas últimas décadas, diversos trabalhos de História Econômica e Social sobre as áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro, seja colonial ou monárquico, vêm desmistificando a imagem consagrada de que a composição produtiva daquelas regiões era constituída exclusivamente pela pecuária e, sobretudo, pelo pastoreio do gado *vacum*, que seria criado em estâncias quase autossuficientes em gêneros agrícolas (destacadamente: Zarth, 2002 [1994], 1997 [1988];

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Osório, 2007 [1999]; Farinatti, 1999, 2010 [2007]; Foletto, 2003; Garcia, 2005; Araújo, 2008). Estes trabalhos têm mostrado que, embora as atividades agrícolas não tenham adquirido grande vulto comercial, elas estiveram presentes em boa parte dos estabelecimentos produtivos. A produção oriunda das lavouras de alimentos tanto serviu para suprir o abastecimento interno das unidades produtivas quanto se estabeleceu como uma forma de diversificar a produção e gerar algum excedente que pudesse ser comercializado. No caso específico das áreas da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, o excedente agrícola podia ser transacionado nas próprias localidades e, também, nos seus arredores, constituindo um circuito comercial de alcance variável que podia se limitar à esfera provincial ou, até mesmo, atingir determinadas regiões das repúblicas platinas.

Estas pesquisas, por sua vez, são tributárias em maior ou menor medida de dois conjuntos de obras sobre história agrária: um no Brasil, outro na Argentina. A partir dos fins dos anos 1970, inspirados na história regional francesa – surgida do diálogo com a geografia humana e desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1960, oriunda do Movimento dos *Annales* –, um grupo de historiadores se dedicou a estudar o espaço agrário fluminense dos períodos colonial e imperial. Convencionou-se chamar o conjunto destes trabalhos de História Agrária Fluminense (destacamos: Mattos, 1995, 2009 [1987]; Fragoso, 1988 [1992]; Faria, 1998).<sup>2</sup> Entre outras coisas, estas pesquisas demonstraram

*o vigor das produções destinadas ao mercado interno, a disseminação da escravidão muito além da produção para a exportação, [...], a diversidade dos grupos sociais existentes fora das plantations, a reiteração de uma hierarquia social em contextos diversos. Enfim, em termos gerais, pode-se dizer que ocorreu um franco redimensionamento da importância do mercado interno e do papel das variadas realidades regionais, produções, grupos e relações sociais para o entendimento da realidade socioeconômica brasileira (Farinatti, 2010 [2007], p 19).*

Por outro lado, a produção historiográfica argentina sobre o espaço agrário rio-platense também influenciou a história agrária sul rio-grandense sobre os séculos XVIII e XIX. Desde meados da década de 1980, um grupo de historiadores argentinos vem produzindo estudos assentados sobre maciça base empírica (em destaque: Garavaglia, 1999; Gelman, 1998).<sup>3</sup> Aqui mais uma vez a referência principal provém do fluxo renovador da

Escola dos *Annales* em sua corrente de História Regional. Essa nova historiografia platina renovou a visão sobre o universo rural da região do Prata no período colonial e na primeira metade do século XIX. Destacou-se a complexidade da sociedade rio-platense em detrimento de uma visão anterior dualista (estancieiros, de um lado, e *gauchos*, de outro), demonstrou-se a importância da pequena produção familiar, da agricultura e das marcantes diferenças regionais naquele espaço.

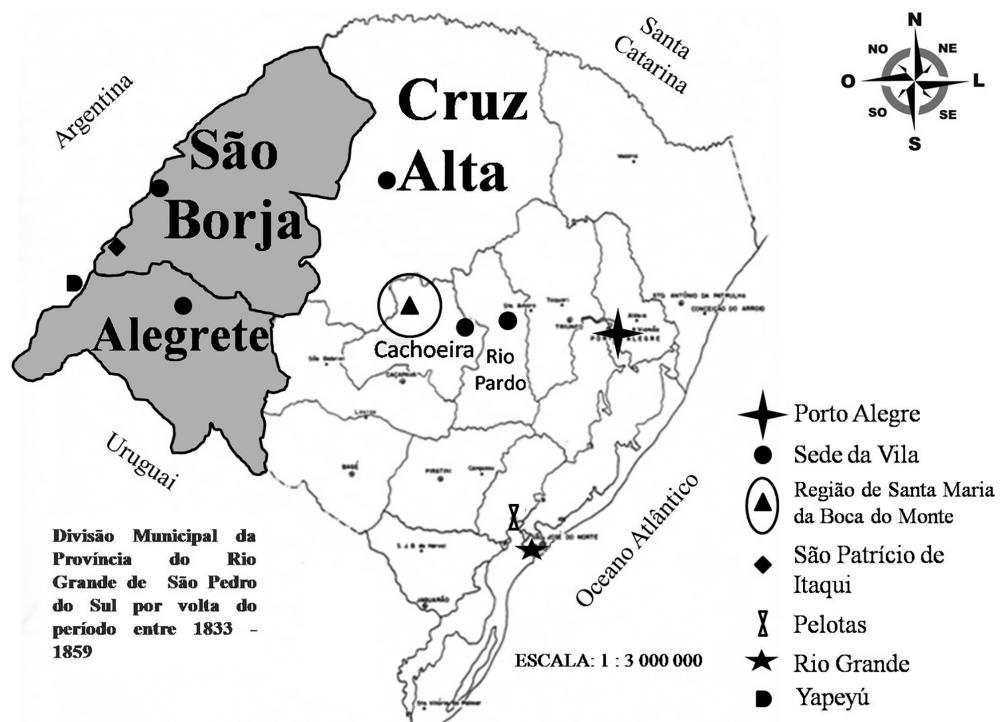
Foi, portanto, tendo por base as inovações teórico-metodológicas propostas pela História Agrária Fluminense e Argentina que os historiadores do agro sul-rio-grandense passaram a questionar as ideias tradicionais sobre a história colonial e imperial do Rio Grande do Sul. Em texto publicado pela primeira vez no ano de 1963, Fernando Henrique Cardoso, tratando sobre o Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX, qualificou as áreas próximas das Missões como um *mundo sem esperanças*. O autor argumentara que

*a economia criatória manteve-se no Sul graças à exploração de uma imensa área, realizada por grupos relativamente esparsos e pouco numerosos, deixando à margem ‘zonas pobres’ nas quais a atividade econômica restringia-se à produção para consumo próprio. A descrição que Saint-Hilaire faz da vida dos habitantes do interior rio-grandense e catarinense mostra como fora dos quadros do trabalho de criação muito poucas probabilidades de êxito tinham os que se dedicavam aos labores rústicos. A pouco mais que a produção dos meios necessários à vida restringia-se a atividade dos homens do campo (Cardoso, 1989 [1963], p. 475-476, grifos do autor).*

Neste texto, pretende-se demonstrar que, diferentemente do que a tese tradicional de Fernando Henrique Cardoso defende, a estrutura produtiva na zona das Missões, porção territorial localizada na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (ver Figura 1), caracterizou-se por significativa diversidade. Assim como as atividades pastoris, diversos cultivos agrícolas compuseram a complexa dinâmica produtiva que se desenvolveu em tal área. Naquele espaço, a agricultura esteve disseminada por boa parte dos estabelecimentos produtivos. Além disso, na maioria destes conjugava-se mais de um processo de produção, fato que indica uma estratégia econômica de diversificação produtiva que possibilitava aos produtores, inclusive os modestos, vincularem-se a diversos circuitos comerciais que ligavam tal espaço a diversas zonas do Império brasileiro e região do Prata.

<sup>2</sup> Para um apanhado historiográfico sobre História Agrária no Brasil ver: Linhares (1997).

<sup>3</sup> Para um levantamento historiográfico acerca da historiografia colonial platina (Uruguai e Argentina) ver: Osório (2007 [1999], p. 32-37).



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; Miron Zaions, 1979.

**Figura 1.** Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833-1859).

**Figure 1.** Municipal division of the Province of Rio Grande de São Pedro do Sul (1833-1859).

Nota: Esclarece-se que as divisões municipais apresentadas no mapa 1 são apenas aproximações. Entre 1833 e 1859, diversos municípios foram sendo criados, modificando a divisão municipal exposta neste mapa. É o caso, por exemplo, de Uruguaiana, município criado em 1846 na porção oeste da Vila de Alegrete. No entanto, o território sob a jurisdição da Vila de São Borja somente foi sofrer alterações em 1858, quando foi criada a Câmara de Vereadores da Vila de São Patrício de Itaqui, a qual só foi instalada em 1859.

Em primeiro lugar, consultando principalmente os relatos de viajantes do século XIX, procura-se desvendar quais foram os principais gêneros agrícolas cultivados na região. Posteriormente, por meio do exame serial de inventários *post mortem*, busca-se averiguar a disseminação das atividades agrícolas pelos estabelecimentos produtivos e a diversificação produtiva que havia nestes.

## A agricultura nas entrelinhas dos viajantes do século XIX

Em 8 março de 1821, na Chácara de Santa Maria, localizada na região das Missões, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire relatou que “dizem que esta zona da província é tão própria para a criação de animais como para a agricultura”. No dia anterior, na Chácara de Chico Penteado o mesmo Saint-Hilaire já havia descrito o seguinte:

*Meu hospedeiro elogiou muito as terras desta região, que acredita nunca se esgotarem, produzindo em abundância trigo, milho, algodão, feijão, arroz,*

*amendoim, mandioca, melancia, abóbora, melão e todas as frutas da Europa. Há cinco anos vem plantando, duas vezes por ano, no mesmo terreno, sem nunca o haver adubado, não percebendo nenhuma diminuição nas colheitas. As primeiras semeaduras se fazem em maio, junho ou julho e se recolhe em novembro ou dezembro. Imediatamente após, semeia-se uma segunda vez para colher no mês de março. Podem-se cultivar com igual sucesso os campos e os bosques; e todos os capões, indistintamente, oferecem terreno absolutamente bom [...] (Saint-Hilaire, 2002 [1821], p. 291, grifos meus).*

No dia 14 de março em São Luís, ele escreveu: “[...] percorri várias [...] roças em torno da aldeia e encontrei bem cuidadas. As plantas que os índios aí cultivam são, principalmente, milho, várias espécies de feijão, mandioca doce, batatas, abóboras, melancias” (Saint-Hilaire, 2002, p. 303).

Em torno de uma década e meia após, outro viajante, também francês, chamado Arsène Isabelle, passando

pelo espaço missionário rumo ao centro da província, fez interessantes descrições sobre a agricultura desenvolvida nas áreas de serra da região. No dia 13 de fevereiro de 1834, Isabelle relatou que havia chegado

*a uma região de Cima da Serra, chamada Boqueirão de Santiago, a mais ou menos treze léguas sudeste do Iguariaçá. Três ou quatro chácaras e estâncias à entrada de um vale arborizado, onde corria um límpido regato, e alguns animais, que pastavam nas planícies onduladas, formavam uma pequena paisagem animada. Culturas de milho, de mandioca, de tabaco, de feijão-negro, etc. (Isabelle, 2006, p. 202, grifos do autor).*

Cinco dias mais tarde, o viajante francês anotava que

*há poucos habitantes nessa parte da serra. Os que se encontram são pobres homens laboriosos, mas não industriais, que obtiveram concessões gratuitas de terreno no meio ou na proximidade dos bosques. Vivem, ou antes, vegetam com suas famílias, ajudados por uma natureza vivificante e pela amenidade de um clima salubre. Cultivam um pouco de milho, mandioca, feijão e melancias na estação adequada. Não podem criar muito gado, devido à dificuldade de conseguir o sal necessário à sua alimentação (Isabelle, 2006, p. 204, grifos meus).*

Em uma carta expedida pela Câmara de Vereadores de São Borja em 28 de setembro de 1858, constam importantes informações sobre a agricultura desenvolvida na região das Missões. Segundo as autoridades que elaboraram o documento,

*as terras deste Município não são inferiores às melhores conhecidas e, pois, se prestam de uma maneira prodigiosa ao desenvolvimento de toda a semente que nela se deposita. Cultiva-se aqui o arroz, o fumo, a mandioca, o feijão, o milho, o café, o trigo, [...] a lavoura que tem neste Município muitos adeptos [...]. [...] contemplando a fertilidade das terras, essa fonte infinidável de riqueza, essa vasta extensão de campos e matas [...] abasteceriam a província inteira.<sup>4</sup>*

Por meio destes relatos, podemos ter uma primeira ideia sobre o universo agrícola de que iremos tratar neste texto. Milho, mandioca, feijão, arroz, trigo e melancia parecem ter sido, junto com a carne bovina

e da ovelha,<sup>5</sup> gêneros alimentícios de primeira ordem na dieta daqueles que povoavam aquele espaço. Como vimos no primeiro trecho, Saint-Hilaire admirava-se com a fertilidade das terras da região; em outro trecho, ele argumentava que “as terras daqui, como quase todas as das Missões, são excelentes e produzem igualmente trigo, mandioca, milho, algodão, feijão, favas e todas as espécies de legumes” (2002 [1821], p. 316). Contudo, ao mesmo tempo, em diversos outras passagens ele se mostrava espantado por não enxergar lavouras. Chegando a São Borja no dia 19 de fevereiro de 1821, ele anotou: “As primeiras casas por onde passamos são simples cabanas, esparsas aqui e acolá, perto das quais não se nota plantação” (Saint-Hilaire, 2002 [1821], p. 270). Semanas depois, enquanto se hospedava na chácara de Chico Penteado, o viajante escreveu o seguinte: “Há nesta região tão pouca agricultura, que chegam a vir de São Borja à casa de meu hospedeiro para comprar frutas e amendoins” (Saint-Hilaire, 2002, p. 291). Mas é preciso ter cuidado para não generalizar as observações de Saint-Hilaire para as décadas posteriores do Oitocentos. Quando o botânico francês passou pelo Rio Grande de São Pedro, a região das Missões ainda estava em disputa, ou seja, não havia a certeza de que se consolidaria como território brasileiro, o povoamento luso-brasileiro ainda era embrionário e poucas unidades produtivas haviam se estabelecido na região. Como veremos, as atividades agrícolas estavam disseminadas, formando um significativo conjunto de estabelecimentos produtivos que se dedicavam tanto à pecuária como à agricultura.

Num dos primeiros trabalhos de relevância sobre o universo agrário do Rio Grande de São Pedro, Zarth argumentou que “um dos problemas da agricultura gaúcha durante a primeira metade do século [XIX] foi o constante deslocamento da população para as guerras” (2002 [1994], p. 202). Essa situação chamou a atenção do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire. De passagem pela região das Missões no início dos anos 1820, o viajante anotou o seguinte: “A mocidade guarani está em armas; não se cultivam as terras das aldeias” (Saint-Hilaire, 2002, p. 279). Logicamente o naturalista francês se referia especificamente à população guarani e à organização comunitária em que muitos destes ainda viviam. Entretanto, se o recrutamento atingia os guaranis, não há razões concretas para se pensar que ela não abrangia também os luso-brasileiros. O certo é que o contexto belicoso causava nefastas consequências a todas as atividades produtivas do Rio Grande de São Pedro, e, talvez, a que mais sofresse com isso fosse a agricultura.

<sup>4</sup> Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja* (AHRS, 1858).

<sup>5</sup> Segundo Farinatti, “os ovinos [...] serviam para o abastecimento interno de carne nas estâncias. Apenas pequenos excedentes de lã eram encaminhados ao mercado local. Essa situação começou a mudar a partir da década de 1850 e, sobretudo, da de 1860, quando a província passou a exportar lã com regularidade” (2010 [2007], p. 119).

## Agricultores que pastoreiam e criadores que lavram: diversificação produtiva como estratégia econômica<sup>6</sup>

Em seu estudo, Zarth traz preciosas informações sobre a produção agrícola na província em meados do Oitocentos. Em certa passagem, o autor expõe que,

*após o final da Guerra dos Farrapos, o governo tratou de reorganizar a economia provincial e, para tanto, elaborou inquéritos, enviados para as câmaras municipais, em 1848 e 1854, com o propósito de diagnosticar o estado da economia em cada localidade. [...] As informações contidas nas respostas das câmaras, que deram retorno aos inquéritos, revelam que os principais produtos agrícolas cultivados em todas as regiões eram milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar – todos produtos típicos de subsistência (Zarth, 2002 [1994], p. 202-203, grifos meus).*

Zarth chegou a essa conclusão analisando os relatórios enviados pelas câmaras municipais de São Leopoldo, Porto Alegre, Pelotas, Rio Pardo, Rio Grande e São Borja. Sobre esta última, o autor nos revela que,

*[e]m São Borja, na fronteira oeste, os responsáveis pelas respostas ao inquérito observaram que o município produzia, com grande vantagem, milho, feijão, algodão e mandioca, da qual se fazia farinha em abundância, e cana-de-açúcar, existindo algumas fábricas de açúcar e aguardente. A farinha, o milho e o feijão eram exportados, mas estas culturas sofriam diminuição por falta de braços. O inquérito informa também os principais mercados para esses produtos: ‘as vilas de São Borja, Itaqui, Alegrete e outros lugares do interior da província’.*

*Apesar da distância da capital e do litoral, o município de São Borja mantinha um razoável comércio de gêneros de subsistência. De acordo com o Relatório do Inquérito, a comercialização se fazia através do transporte em ‘carretas ou cagueiros por maus caminhos por falta de ponte ou barcas. De São Borja a Itaqui são exportados pelo Uruguai para diferentes portos’. Para facilitar o trânsito de gêneros e animar o comércio, os vereadores solicitavam a construção de uma ponte sobre o Rio Piratini (Zarth, 2002 [1994], p. 206-207, grifos do autor).*

Constata-se, portanto, que já na segunda metade da década de 1840 os produtores da região de São Borja haviam conseguido estabelecer um circuito comercial com os excedentes agrícolas que produziam. Boa parte deste fluxo comercial se orientava em direção à Campanha sul-rio-grandense, onde a especialização pastoril exigia que os estancieiros buscassem muitos gêneros agrícolas em outras partes da província. Sobre a produção agrícola da Vila de Alegrete, Farinatti defendeu que

*havia uma maioria de estabelecimentos que procurava assegurar, com roças internas, ao menos uma porção de suas necessidades em termos de produtos agrícolas. Outra parte era buscada no mercado, onde se procurava também colocar os excedentes dos produtos cultivados internamente. Essa situação articulava Alegrete e outras regiões da Campanha com as áreas da Depressão Central e da zona missionária além Ibicuí, de onde adquiriam parte dos produtos agrícolas, aguardente e fumo que necessitavam. Esse fluxo de produtos de abastecimento entre o centro-norte do Rio Grande do Sul e a Campanha, mesmo antes da instalação maciça de colônias de imigrantes europeus, mostra que essas regiões estavam bastante integradas economicamente (2010 [2007], p. 131).*

O autor mostrou, por meio de uma carta expedida pela Câmara Municipal de Alegrete no ano de 1858, que os vereadores pediam “melhorias na estrada de carretas que ligava o município com São Francisco de Assis, distrito de São Borja, vizinho de Alegrete ao norte do rio Ibicuí: ‘pois é da Serra que existe no distrito dessa freguesia [...] que nos vem o milho, feijão, farinha e mais legumes’” (Farinatti, 2010 [2007], p. 131). Fica evidente que na região das Missões desenvolveu-se um importante nicho produtivo agrícola que convivia com as criações de gado *vacum* e *muar*, e muitas vezes nas mesmas unidades produtivas.<sup>7</sup> Tal como no caso da pecuária *muar*, estimar de forma precisa os volumes da produção dos principais gêneros agrícolas é praticamente impossível. Entretanto, através dos inventários podemos constatar a presença ou ausência de instrumentos agrícolas e/ou bens de raiz (como, por exemplo, lavouras, chácaras, sítios, matos para agricultura) e, assim, averiguar se o estabelecimento produtivo se dedicava ou não às lidas da agricultura.

Mas, antes de passarmos à apresentação e análise dos dados, é importante considerar as seguintes ressalvas:

<sup>6</sup> Este subtítulo é inspirado no texto intitulado *Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825* da Professora Helen Osório. Ver: Osório (2004).

<sup>7</sup> Sobre a pecuária *vacum* na região das Missões ver: Fontella (2013, p. 37-62; 2014a). Sobre a criação de mulas na região das Missões ver: Fontella (2013, p. 63-73; 2014b).

No que se refere aos instrumentos agrícolas, é preciso ter em conta que só eram inventariados aqueles que tinham lâminas ou pontas de metal. Enxadas, arados e cavadeiras feitas exclusivamente de madeira, que não deviam ser incomuns, não aparecem nas estatísticas. Algumas vezes, mesmo os instrumentos com partes de ferro, principalmente se estavam velhos, eram de baixíssimo valor e podiam simplesmente deixar de ser avaliados. Da mesma forma, a inexistência de instrumentos agrícolas em um inventário não permite afirmar, peremptoriamente, que não havia produção agrícola no estabelecimento rural pertencente ao inventariado. Alguns desses casos poderiam tratar-se de estâncias que abrigavam agregados ou posteiros que praticassem a agricultura com instrumentos próprios, dirigindo parte dessa produção para o proprietário das terras (Farinatti, 2010 [2007], p. 127-128).

Portanto, cabe ressaltar que os dados apresentados na sequência representam apenas o número mínimo de inventários que registram instrumentos para agricultura.

Em primeiro lugar, dos 110 inventários que nos servem de amostragem, identificamos em 70 deles ferramentas e/ou bens de raiz que nos permitem afirmar que se tratava de estabelecimentos rurais onde havia atividades agrícolas. Em termos proporcionais, estes 70 inventários giram em torno de 64% do total de processos. Para o período colonial, Helen Osório verificou que, em todo o Rio Grande de São Pedro, 66% das estâncias<sup>8</sup> “se dedicavam também à agricultura e que isso indicava um universo rural composto por unidades de produção mistas, que combinavam pecuária e agricultura [...]” (Osório, 2007 [1999], p. 163). Em sua análise, Osório não considerou “enxadas e foices comuns, instrumentos mais frequentes nessas unidades produtivas (64 e 40%, respectivamente). [...] por [julgar] serem esses instrumentos genéricos, que por si só não seriam suficientes para indicar práticas agrícolas” (2007 [1999], p. 162). Diferentemente da autora, em nosso exame estamos considerando estas ferramentas; entretanto, para indicarmos a presença de atividades agrícolas nos estabelecimentos produtivos em que aparecem estes instrumentos, tomamos por critério a presença deles com no mínimo mais dois utensílios, ou com a presença de mais um item que por si só determine a agricultura, como, por exemplo, chácaras,<sup>9</sup> sítios, lavouras, atafona, foice de trigo e arado. Por sua vez, Farinatti averiguou que, na década de

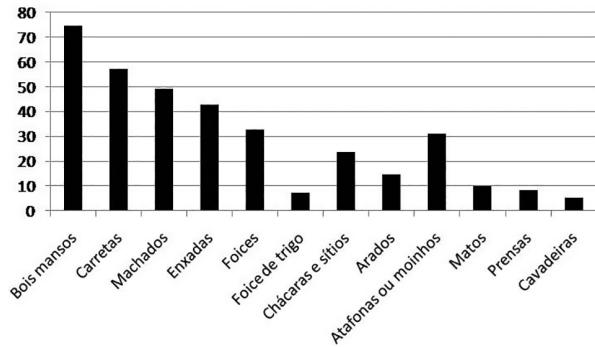
1830, 45% dos inventários de Alegrete registravam algum instrumento agrícola, índice consideravelmente inferior aos 64% constatados para São Borja entre 1828 e 1858.<sup>10</sup>

Na Figura 2 podemos verificar a frequência com que os instrumentos agrícolas aparecem nos inventários.

Conforme Osório, “os bois mansos, utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, são um dos indicativos da prática de agricultura” (2007 [1999], p. 162). Como mostra a Figura 2, estes animais estiveram presentes em 75% dos inventários. Osório constatou que, no período colonial no Rio Grande de São Pedro, eles apareciam em 87% das estâncias. Por sua vez, André do Nascimento Corrêa verificou que em Caçapava, na região central do Rio Grande de São Pedro, nas três primeiras décadas do Império (1820, 1830 e 1840), aproximadamente 61% dos inventários registravam bois mansos (2013, p. 47).

As carretas “necessárias ao transporte da produção” (Osório, 2007 [1999], p. 162) apareceram em 57% dos inventários. Este índice está próximo dos 52% vistos por Osório e distante daqueles levantados por Corrêa para Caçapava. Este autor constatou que, entre as décadas de 1820 e 1840, as carretas apareceram em 31, 26 e 25% dos inventários, respectivamente (Corrêa, 2013, p. 47).

Machados, enxadas e foices foram descritas em 49%, 43% e 33% dos inventários abertos em São Borja, respectivamente. Todos estes índices foram superiores aos encontrados por Farinatti para a década de 1830:



**Figura 2.** Frequência dos meios de produção agrícola nos inventários *post mortem* (%) (Vila de São Borja, 1828-1858).

**Figure 2.** Frequency of means of agricultural production in the *post mortem* inventories (%) (Village of São Borja, 1828-1858).

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

<sup>8</sup> É importante recordar que a autora analisou os estabelecimentos produtivos com mais de 100 reses.

<sup>9</sup> Conforme Isabelle, chácara “é a mesma coisa que *chacras* em espanhol; mas aqui, como em Corrientes, a palavra não se emprega apenas para designar um estabelecimento agrícola, mas também qualquer casa de campo com jardim ou parque. Corresponde, portanto, às *quintas* de Buenos Aires. Vem-se quase sempre muitos pés de laranjeiras e de limoeiros perto dessas chácaras” (2006, p. 194, nota 29). Segundo Osório, chácara é uma “[...] palavra de origem quêchua ‘chacara’, [significa] *terras de lavoura*. O [...] dicionário de Moraes Silva atribuiu-lhe uso apenas no Brasil, especificando os seguintes sinônimos: *quinta* no Rio de Janeiro, *roça* na Bahia e *sítio* em Pernambuco” (Osório, 2007 [1999], p. 104).

<sup>10</sup> Farinatti analisou a frequência da menção de ferramentas de agricultura nos inventários por décadas (1830, 1840, 1850 e 1860). Neste momento, escolhemos apenas a primeira década, pois foi nesta que o autor constatou o maior índice. Mais adiante, quando nossa análise se desdobrar em intervalos de tempo dentro do nosso recorte temporal, estabeleceremos as devidas comparações com os outros valores levantados por Farinatti.

o autor constatou que os machados estiveram presentes em 45% dos inventários de Alegrete, enquanto que enxadas e foices foram encontradas em 40% e 2% dos inventários, respectivamente. As presenças de foices de trigo (7%) e arado (15%) ficaram aquém das frequências examinadas por Osório, cerca de um terço de sua amostra para os dois instrumentos, e por Farinatti, que para a primeira ferramenta verificou sua presença em 12% dos inventários e para a segunda 19%.

Mas, talvez, os equipamentos que merecem maior destaque são aqueles relacionados com a fabricação de farinhas (mandioca e trigo), atafonas, moinhos e fornos. As atafonas e moinhos<sup>11</sup> estiveram presentes em 31% dos inventários de São Borja. Em seu exame sobre a localidade de Caçapava, Corrêa verificou que atafonas e moinhos estiveram presentes em 27, 11 e 23% dos inventários nas décadas de 1820, 1830 e 1840, respectivamente (2013, p. 47). Os números vistos para estas duas áreas são bem superiores aos que Farinatti levantou para a região da Campanha, “algo entre 15 e 18% dos patrimônios inventariados, em grande parte do período analisado [1831-1870]” (2010 [2007], p. 127). De acordo com este autor, “a presença de atafonas e moinhos indica a fabricação de farinha de mandioca ou de trigo, apontando para um sentido mais comercial da produção”. Portanto, parece não restar dúvidas de que a agricultura desenvolvida na região das Missões adquiriu um considerável viés comercial. Em 1834, no inventário de Bárbara Maria de Jesus, foram descritos 11 alqueires de farinha de mandioca, sendo cada um avaliado em 4\$800 (quatro mil e oitocentos réis), totalizando 57\$600 (cinquenta e sete mil e seiscentos réis). Neste mesmo inventário, foi arrolada uma *engenhoca de fazer farinha*, avaliada por 102\$400 (cento e dois mil e quatrocentos réis), machados, foices, carretas e uma chácara que se localizava nos subúrbios da Vila de São Borja.<sup>12</sup>

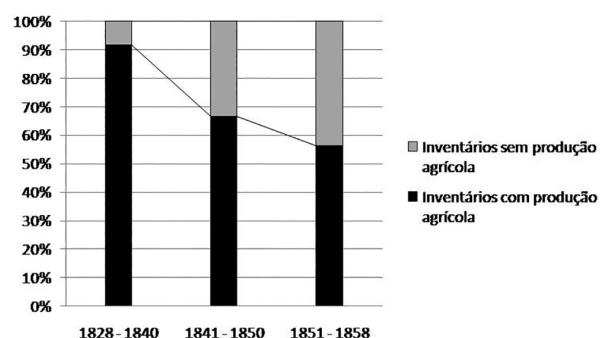
Aproximadamente duas décadas e meia mais tarde, a Câmara Municipal organizou o *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Dos 108 estabelecimentos listados neste documento, datado do ano de 1858, 25 eram fábricas de farinha de mandioca. Além disso, uma informação que torna esse dado ainda mais eloquente encontra-se no campo *Estado Atual* de tal documento; ali os organizadores do mapa informavam que estas 25 fábricas “todas prosperam”. Em segundo lugar vinham as padarias, das quais havia doze.

Para se ter uma ideia mais nítida do significado social da fabricação da farinha de mandioca, dos 297 trabalhadores distribuídos pelas 16 atividades relacionadas no Mapa, 86 estavam empregados naquelas fábricas, ou seja, 29%. Padarias e olarias empregavam cada uma 29 trabalhadores.<sup>13</sup>

Nesse mesmo sentido, outro dado importante diz respeito à presença de escravos nos 70 inventários onde identificamos a presença de agricultura. Em 63 destes 70 processos os cativos se fizeram presentes, número que, em termos percentuais, corresponde a 90%. Já entre os 34 inventários que continham atafonas ou moinho, em 32 deles foram arrolados cativos. Esses números revelam o forte caráter escravista nas atividades produtivas que se derivavam das práticas agrícolas. Logicamente que os estabelecimentos produtivos destes inventários não se dedicavam apenas à faina agrícola. Como veremos mais adiante, a maioria deles eram unidades de produção mistas que combinavam a pecuária (bovina ou muar ou, até mesmo, as duas) e agricultura.

Ao desdobrar a presença de produção agrícola nos inventários em distintos intervalos de tempo ao longo do recorte temporal, podemos perceber importantes transformações.

Embora a Figura 3 apresente uma tendência de queda da presença de produção agrícola nos inventários, é preciso relativizá-la. A expressiva proporção de inventá-



**Figura 3.** Frequência dos meios de produção agrícolas nos inventários *post mortem* ao longo do tempo (Vila de São Borja, 1828-1858).

**Figure 3.** Frequency of means of agricultural production in *post mortem* inventories over time (Village of São Borja, 1828-1858).

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

<sup>11</sup> Sob a denominação atafonas e moinhos da figura 1 estão os seguintes equipamentos: 1 engenhoca de fazer farinha, 1 par de moendas e moinho movido a cavalos, 1 engenho de fazer farinha, 4 atafonas, 1 moinho de moer com cavalo, 2 moinhos de cordas, 1 engenhoca de moer cana, 1 casa com preparo de fazer farinha, 1 moinho de cavalo, 1 atafona de mandioca e de moer trigo, 1 casa com atafona de fazer farinha com todos os seus pertences, 1 atafona completa com todos os pertences, 1 atafona de fazer farinha completa, 1 atafona com todos os pertences, 1 atafona com forno, prensa e com demais pertences, 1 monjolo\* de socar com cavalos, 1 moinho de moer trigo movido por cavalo, 1 moinho de moer trigo de puxar a cavalo, 9 moinhos de mão, 2 fornos de cobre, 1 pedra de moinho, 1 jogo de pedra de moinho de mão, 2 pedras de atafona e 2 pedras de moinho. (\*) “Engenho tosco, movido a água, para pilar milho” (Saint-Hilaire, 2002, p. 326, nota 1).

<sup>12</sup> Inventário de Bárbara Maria de Jesus (APERS, 1834).

<sup>13</sup> *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja* (AHRS, 1858). Em suas análises Zarth já havia utilizado os dados quantitativos deste documento (2002 [1994], p. 121).

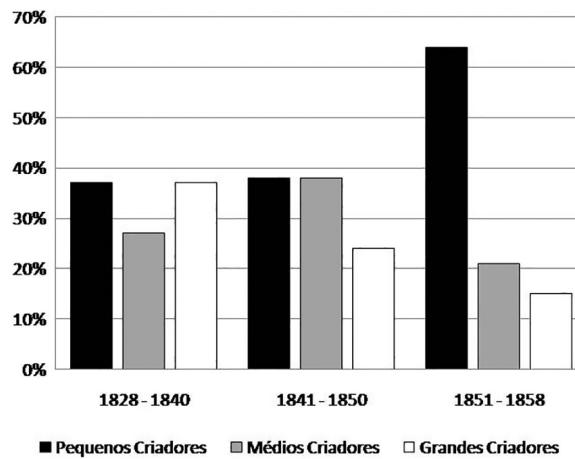
rios com a presença de agricultura no primeiro intervalo se deve também ao universo restrito de 12 processos que entraram no exame, fato que, sem dúvida, gera certa distorção. Por consequência, as décadas de 1840 e 1850 são mais representativas. Por outro lado, é importante recordar que a ausência de ferramentas agrícolas em certos inventários não determina, categoricamente, que não se desenvolvesse agricultura em tais unidades produtivas, circunstância que nos faz relativizar os valores mais baixos averiguados para as décadas de 1840 e 1850, e não desprezar o alto índice da década de 1830.

Com efeito, se comparados com os valores que Farinatti constatou para a região da Campanha, os índices de presença de produção agrícola nos inventários da zona das Missões são bem superiores em todo o período. Como já colocamos, a frequência de instrumentos agrícolas nos inventários de Alegrete na década de 1830 foi de 45%, enquanto que para São Borja foi de quase 92%. Para as décadas mais representativas de nossa amostra, as proporções de inventários que registram atividades agrícolas em São Borja se mantêm ainda bastante superiores àquelas verificadas para Alegrete. Se nesta, na década de 1840, o índice chegou a 33%, naquela, ele foi de 67%; da mesma forma que ocorreu na década anterior, o valor verificado em São Borja foi praticamente o dobro do visto em Alegrete. Por fim, na década de 1850, a diferença se reduz, mas mesmo assim a presença de 39% de produção agrícola nos inventários da Campanha está bem abaixo dos 57% averiguados para a região das Missões.

Estes dados reforçam mais uma vez que na zona das Missões a agricultura adquiriu uma importância maior do que na Campanha, fato que levava os habitantes desta última a buscarem gêneros agrícolas de subsistência em outras regiões da província. Isto não quer dizer que na Campanha não houvesse espaço para as práticas agrícolas dentro e fora das estâncias pecuaristas, fato já comprovado por Farinatti (2010 [2007]),<sup>14</sup> mas sim que a região das Missões se constituía em um espaço produtivo mais diversificado, onde a agricultura obteve maior representatividade dentro do universo produtivo. Dos 70 inventários que apresentaram produção agrícola, em 65 deles (93%) esta atividade dividia espaço, no mínimo, com a criação de reses. Tomando como referência o número de criadores, constatamos que 66% deles também se dedicavam às atividades agrícolas, número bastante semelhante aos 62,4% averiguados por Araújo para a Vila de Cruz Alta entre 1834 e 1879 (2008, p. 41). Relacionando estas duas atividades produtivas, elaboramos a Figura 4.

Através da Figura 4, podemos observar uma tendência: com o passar do tempo, os pequenos criadores tendem a se tornar predominantes no conjunto de produtores que desenvolvem práticas agrícolas. Obviamente isto também é um reflexo da maior representatividade deles no universo total de criadores. Mas, para além disso, indica que a produção de excedentes agrícolas que se destinava ao mercado passava, sobretudo, pela participação das parcelas mais pobres da população. O acesso à posse da terra, com certeza, contribuiu para que produtores pobres pudessem ter se dedicado também à agricultura. Os dados levantados nos mostram que 67 dos 70 inventariados com produção agrícola eram proprietários de terrenos rurais.

Embora seja bastante difícil estimar a concentração dos volumes e valores da produção oriunda da agricultura, acreditamos que ela seja consideravelmente diferente daquela que se dava na pecuária, na posse da terra e na de escravos. Enquanto que a produção pecuária, a posse da terra e cativos representavam as principais riquezas da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, a produção agrícola, apesar de fundamental e socialmente significativa, não envolvia vultosos recursos, investimentos e, principalmente, rendimentos. Portanto, cremos que a distribuição dos meios de produção (exceto terras e escravos) e da rentabilidade da agricultura fosse bem menos desigual comparada à concentração da posse de gado e de terra, uma vez que os grandes criadores e terra-tenentes, mesmo



**Figura 4.** Presença de produção agrícola segundo a envergadura dos criadores de gado *vacum* (Vila de São Borja, 1828-1858).

**Figure 4.** Presence of agricultural production according to the size of cattle ranches (Village of São Borja, 1828-1858).

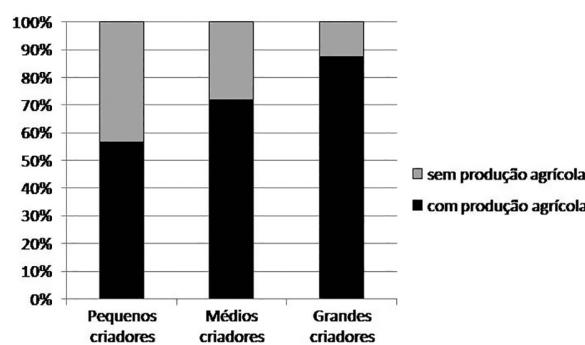
Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

<sup>14</sup> Sobre isto, o autor argumentou que "o fato de que a criação de gado ocupou o lugar central da economia da região não significou a ausência das lavouras naquele espaço agrícola" (Farinatti, 2010 [2007], p. 124).

que se dedicassem à agricultura, não teriam o interesse de praticamente monopolizar a estrutura de uma atividade que trazia retorno bem menor daqueles obtidos com o pastoreio e com a posse da terra. Ademais, tendo em vista que as estâncias não eram autossuficientes, também era de interesse dos grandes criadores uma oferta estável, abundante e, se possível, barata de gêneros agrícolas.

De fato, proporcionalmente, foi entre os grandes criadores que encontramos o maior índice de presença de produção agrícola (ver Figura 5). Isto não chega a ser surpreendente, pois a historiografia recente tem mostrado, recorrentemente, que boa parte dos criadores, das distintas envergaduras, buscava suprir ao menos parte de suas necessidades de produtos agrícolas por meio de produção interna. Estas grandes estâncias estavam longe da autossuficiência e tinham que necessariamente recorrer ao mercado daqueles produtos, mercado que elas, juntamente com a produção dos pequenos e médios produtores, abasteciam com os seus excedentes. A dinâmica do mercado de gêneros agrícolas promovia uma vigorosa interação entre os produtores, independentemente da envergadura econômica que possuíam.

Na Figura 5, podemos notar também que entre os pequenos criadores, o grupo socialmente mais representativo, aproximadamente 57% se dedicavam também às lidas agrícolas. Entre os médios criadores, este índice foi de 72%, chegando a 88% entre os grandes criadores. Devido ao seu peso populacional, sem dúvida, os volumes de



**Figura 5.** Frequência de produção agrícola no universo de criadores de gado *vacum* segundo a suas respectivas envergaduras (Vila de São Borja, 1828-1858).

**Figure 5.** Frequency of agricultural production among cattle breeders according to their size (Vila de São Borja, 1828-1858).  
Nota: Elaboramos esta figura a partir da amostragem de 101 inventários de criadores de reses, e não com a amostra de 70 inventários em que identificamos produção agrícola.

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

produção agrícola alcançados pelos pequenos produtores foram muito superiores comparados aos produzidos pelos demais grupos. Ainda mais na década de 1850, em que os pequenos produtores representavam 65% dos produtores de gêneros agrícolas (ver Figura 4). Por não terem sido controladas hegemônica mente pelos grandes produtores, as lavouras e a fabricação de farinhas, tal qual a criação de mulas, constituíram-se em vias de produção alternativas para produtores de envergadura econômica mais modesta.

Nesse sentido, outro dado bastante relevante diz respeito à posse de atafonas ou moinhos. Ao analisar em maiores detalhes os 34 inventários onde foram descritas ferramentas relativas à fabricação de farinha, percebemos que 18 destes proprietários possuíam menos de 501 reses, ou seja, eram pequenos produtores, sendo que 9 detinham menos de 75 animais *vacuns*. É o caso de Lisbela Antonia da Silva, que, entre outras coisas, deixou: 1 terreno com 300 braças de frente e 150 de fundos nas imediações do povo de São Luiz, com lavouras, arvoredos, 1 casa com atafona de fazer farinha com todos os seus pertences em meio uso, 1 casa de morar, 45 reses mansas, 4 bois mansos, 51 animais cavalares, 18 mulas e 1 burro *hechor*.<sup>15</sup> Além da atafona e lavouras, esta senhora possuía um pequeno rebanho *vacum* e muar, tendo inclusive um burro *hechor*. Este modesto estabelecimento rural conciliava três atividades produtivas – logo adiante faremos algumas considerações sobre a diversificação produtiva interna das unidades de produção. Por ora, queremos ressaltar que as informações que relacionam a envergadura do criador com a presença de aparelhos de fabricação de farinha nos sugerem que mesmo os estabelecimentos produtivos modestos parecem ter conseguido acumular recursos que viabilizassem aos seus proprietários investir em ferramentais como as atafonas e moinhos. Como os dados apontam, cerca de 53% dos proprietários de equipamentos de fabricação de farinha eram pequenos criadores de gado *vacum*; isso se deu muito em função da pequena dimensão de suas criações, que os levava a procurar outras atividades produtivas para obter rendimentos maiores de seus estabelecimentos rurais.

A historiadora Helen Osório (2007 [1999]) defendeu que, para os criadores com menos de 100 reses, a única alternativa era recorrer a no mínimo mais uma atividade econômica. Nesse sentido, ao menos na região em foco, a diversificação produtiva no interior dos estabelecimentos rurais foi bastante comum entre todos os produtores, independentemente da dimensão de seu patrimônio produtivo.

Para finalizar, mais uma vez vamos nos concentrar no que mais tem chamado nossa atenção, a diversificação produtiva existente na região. Como critério para identifi-

<sup>15</sup> Inventário de Lisbela Antonia da Silva (APERS, 1852).

car a coexistência de diferentes tipos de produção em um mesmo inventário, estabelecemos quatro tipos distintos de atividades produtivas: agricultura, pecuária bovina, muar e ovina.

Os dados expostos pelo Quadro 1 são eloquentes, já que em 84% dos estabelecimentos produtivos se praticava mais de uma atividade produtiva. E em nada menos do que em 36% coexistiam todas as produções consideradas. Neste grupo, o mais representativo entre todos, dos 38 inventários, 16 eram de pequenos criadores de reses, 12 eram de médios e outros 10 eram de grandes criadores. Esse fato mostra que, para além de uma necessidade dos pequenos produtores, em especial daqueles que possuíam no máximo 100 reses, a diversificação produtiva se erigiu em uma estratégia que a grande maioria dos produtores buscava pôr em prática. Analisando o contexto do final do período setecentista, Osório argumentou que a diversificação da produção das estâncias seria, algumas décadas mais tarde, a solução para a sazonalidade da economia charqueadora no Rio Grande. Além disso, de acordo com a autora,

*as unidades produtivas mais diversificadas produziam maiores rendimentos, pois deviam não só produzir alimentos para seus próprios trabalhadores, mas também importantes excedentes comercializáveis [...]. As estâncias estritamente pecuárias tinham que recorrer ao mercado para suprir-se de alimentos. Ainda que uma conclusão taxativa acerca da lucratividade das diferentes atividades apenas seja possível a partir do estudo de documentos contábeis das estâncias, parece-*

*-nos que teve vigência a estratégia de diversificação produtiva como a mais rentável no intervalo analisado [aproximadamente entre 1760-1825] (Osório, 2007 [1999], p. 164).*

Como temos argumentado, a investigação desenvolvida nos desvendou um universo rural de produção bastante diversificado. Mas esta diversificação não se deu de modo a formar grupos sociais estanques em termos de práticas produtivas. Não percebemos a formação de um grande número de produtores que se dedicavam somente a uma produção específica. Em outras palavras, não havia, por exemplo, um grupo só de lavradores, outro só de criadores de mulas ou ainda outro só dedicado ao pastoreio de reses. A diversificação produtiva ocorreu internamente aos estabelecimentos produtivos. Não há dúvidas de que a pecuária bovina era a atividade mais recorrente, a que concentrava os maiores investimentos e a que gerava os maiores rendimentos. Mas, nem por isso, ela foi capaz de conter o desenvolvimento de outros nichos de produção que diversificavam a matriz produtiva e se ligavam a circuitos comerciais alternativos.

Por sua vez, estes circuitos comerciais possuíam diversas orientações: as reses se dirigiam ao complexo porto-charqueada da Província, as mulas rumavam para a Feira de Sorocaba na região sudeste do Império, e os excedentes agrícolas eram distribuídos nos mercados regionais, destinando-se, principalmente, à Campanha sul-rio-grandense e também a alguns portos da região platina.

**Quadro 1.** Presença dos diferentes tipos de atividades produtivas nos inventários *post mortem* (Vila de São Borja, 1828-1858).

**Chart 1.** Presence of different types of productive activities in *post mortem* inventories (Village of São Borja, 1828-1858).

Nº de atividades	Tipo de atividade produtiva	Nº de inventários	%
1	Agricultura	5	
	Pecuária bovina	12	16%
	Pecuária bovina e agricultura	11	
2	Pecuária bovina e muar	15	28%
	Pecuária bovina e ovina	3	
	Pecuária bovina, muar e ovina	5	
3	Pecuária bovina, muar e agricultura	11	
	Pecuária bovina, ovina e agricultura	4	20%
	Pecuária muar, ovina e agricultura	1	
4	Todas as atividades	38	36%
		105	100%

Nota: Elaborado a partir da amostragem de 105 inventários em que conseguimos identificar a(s) atividade(s) produtiva(s) desenvolvida(s).

## Considerações finais

Espera-se ter demonstrado que a agricultura também teve importante espaço na matriz produtiva da região das Missões. Segundo os relatos de contemporâneos, o milho, o feijão e a mandioca foram os principais gêneros produzidos na região. Em significativa parte das unidades de produção, as práticas agrícolas se faziam presentes, quase sempre coexistindo com atividades pastoris. Por meio delas, os produtores procuravam dar conta de parte de suas necessidades de produtos alimentícios, e os excedentes eram destinados ao mercado regional, voltado, principalmente, à região da Campanha, que possuía produção agrícola bem inferior à constatada para a zona das Missões. Pequena quantidade daqueles excedentes também era exportada à região platina através dos portos do rio Uruguai. O dinamismo deste comércio ensejava uma intensa interação entre os produtores de diferentes envergaduras econômicas, já que nem uns nem outros tinham a capacidade de autossuficiência e, por isso, precisavam recorrer ao mercado.

No que tange à concentração dos volumes e valores da produção agrícola, crê-se que tenha se conformado de forma diversa de como se deu na atividade pecuária e na posse da terra. Por não ter se constituído em uma atividade com rentabilidade tão alta quanto o pastoreio, os grandes produtores não tiveram o interesse em praticamente monopolizar os recursos produtivos das práticas agrícolas. Assim, acredita-se que a distribuição dos meios de produção (exceto terras e escravos) e da rentabilidade da agricultura tenha sido bem menos desigual do que as concentrações de terra, gado e de rendimentos constatadas na atividade pastoril.

Uma vez que as atividades agrícolas não foram controladas de forma hegemônica pelos grandes produtores, as lavouras e a fabricação de farinhas se constituíram em vias de produção alternativas para produtores de envergadura econômica mais modesta. Mesmo assim, os produtores de maior envergadura se dedicavam à agricultura, assim como à fabricação de farinhas. Entretanto, os dados sugerem que os volumes de produção atingidos pelos pequenos produtores foram muito superiores aos alcançados pelos demais grupos. Fato que, obviamente, se deve também à maior representatividade social dos produtores de menor envergadura.

Cabe destacar ainda que a diversificação produtiva constitui-se numa estratégia comum entre os produtores independente da envergadura econômica que adquiriam. Praticar mais que uma atividade produtiva tornou-se a via mais segura para se obter maiores rendimentos das unidades produtivas, haja vista que possibilitava que os produtores entrassem em contato com distintos circuitos

comerciais (complexo porto-charqueador, Feira muar de Sorocaba, mercados regionais da Campanha sul-rio-grandense e platinos de excedentes agrícolas). E no caso específico dos pequenos produtores se estabelecia numa condição *sine qua non* para suas próprias subsistências, uma vez que não conseguiram assegurá-la unicamente por meio da pecuária bovina.

## Referências

- ARAÚJO, T.L. de. 2008. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 332 p.
- CARDOSO, F.H. 1989 [1963]. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: S.B. de HOLLANDA (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II: O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. São Paulo, Difel, p. 473-509.
- CORRÊA, A. do N. 2013. *Ao sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria, RS. Universidade Federal de Santa Maria, 117 p.
- FARIA, S. de C. 1998. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 432 p.
- FARINATTI, L.A.E. 2010 [2007]. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria, Editora da UFSM, 520 p.
- FARINATTI, L.A.E. 1999. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 183 p.
- FONTELLA, L.G. 2013. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1858)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 282 p.
- FONTELLA, L.G. 2014a. O pastoreio bovino na região das Missões (Rio Grande de São Pedro, 1828-1858). *Anos 90*, 21(40):389-423.
- FONTELLA, L.G. 2014b. A pecuária muar na região das Missões (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860). In: Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História, verdade e ética, XII, São Leopoldo, 2014. *Anais...* São Leopoldo, p. 1-16. Disponível em: [http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405307564\\_ARQUIVO\\_Apecuariamuar-naregiao das Missões.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405307564_ARQUIVO_Apecuariamuar-naregiao das Missões.pdf). Acesso em: 23/04/2015.
- FRAGOSO, J.L. 1998 [1992]. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 399 p.
- FOLETTTO, A. 2003. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 210 p.
- GARAVAGLIA, J.C. 1999. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 385 p.
- GARCIA, G.B. 2005. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 191 p.

- GELMAN, J. 1998. *Campesinos y estancieros: una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires, Editorial Los Libros del Riel, 333 p.
- ISABELLE, A. 2006. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul: Tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 314 p.
- LINHARES, M.Y. 1997. História agrária. In: C.F. CARDOSO; R. VAINFAS (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, p. 243-270.
- MATTOS, H.M. 1995. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 426 p.
- MATTOS, H.M. 2009 [1987]. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo, Brasiliense, 160 p.
- OSÓRIO, H. 2007 [1999]. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 355 p.
- OSÓRIO, H. 2004. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: L.A. GRIJÓ; F. KÜHN; C.A.B. GUAZELLI; E.S. NEUMANN (orgs.), *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 75-90.
- SAINT-HILAIRE, A. de. 2002 [1820-21]. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 363 p.
- ZARTH, P.A. 2002 [1994]. *Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo, Editora da UPF, 319 p.
- ZARTH, P.A. 1997 [1988]. *História agrária do Planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí, Editora da Unijuí, 207 p.

## Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS).

1858. *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). 1828-1858. Todos os inventários dos anos pares entre 1828 a 1858 da Vila de São Borja.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). 1830-1858. Todos os inventários dos anos pares de 1830 a 1858 do Distrito de São Patrício de Itaqui.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). 1834. Inventário de Bárbara Maria de Jesus. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da Família e Sucessão, processo nº 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Inventário de Lisbela Antonia da Silva. 1852. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da Família e Sucessão, processo nº 68.

Submetido: 15/04/2014

Aceito: 11/11/2014